

ANEXO RP-10 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR
DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ:51.792.505/0001-77

ENDEREÇO E CEP: Rua Santa Catarina 466, Baixada

RESPONSÁVEL(IS) PELA OSC: Guilherme José Lemos

CPF:323.389.198-90

OBJETO DA PARCERIA: Prestação de serviço socioassistenciais de proteção social básica – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 06 (seis) a 15 (quinze) anos.

EXERCÍCIO: 2024

ORIGEM DOS RECURSOS (1): Estadual

DOCUMENTO	DATA	VIGÊNCIA	VALOR - R\$
1º Aditivo- Termo de Colaboração/Fomento 025/2023	28/12/2023	01/01/2024 A 31/12/2024	24.626,40
Aditamento nº			

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
18/12/2024	2.052,20	18/12/2024	550873000023769	2.052,20
(A) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				5.609,70
(B) REPASSES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO				2.052,20
(C) RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				0,54
(D) OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE (3)				0,00
(E) TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS (A + B + C + D)				7.662,44
(F) RECURSOS PRÓPRIOS DA ENTIDADE PARCEIRA				0,00
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO (E + F)				7.662,44

(1) Verba: Federal, Estadual ou Municipal, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.

(2) Incluir valores previstos no exercício anterior e repassados neste exercício.

(3) Receitas com estacionamento, aluguéis, entre outras.

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/2024 bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO					
ORIGEM DOS RECURSOS (4): Estadual					
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (I)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (J= H + I)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
Recursos humanos (5)	2.408,01	5.254,43	2.408,01	7.662,44	
Recursos humanos (6)					
Medicamentos					
Material médico e hospitalar (*)					
Gêneros alimentícios					
Outros materiais de consumo					
Serviços médicos (*)					
Outros serviços de terceiros					
Locação de imóveis					
Locações diversas					
Utilidades públicas (7)					
Combustível					
Bens e materiais permanentes					
Obras					
Despesas financeiras e bancárias					
Outras despesas					
TOTAL	2.408,01	5.254,43	2.408,01	7.662,44	

(4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.

(5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

(8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.

(9) Quando a diferença entre a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO e a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá ser indicado como nota de rodapé os valores e as respectivas contas de receitas e despesas.

(*) Apenas para entidades da área da Saúde.

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	7.662,44
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	7.662,44
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E - (J - F)]	0,00
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	0,00
(M) VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K - L)	0,00

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Parceiro.

São Joaquim da Barra, 31 de Dezembro de 2024.



Documento assinado digitalmente
GUILHERME JOSE LEMOS
Data: 20/01/2025 19:12:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Guilherme José Lemos
Presidente



Processo Administrativo n.º 649/2024

PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CONCESSOR

EXERCÍCIO DE 2024

NOME DA OSC: Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim

CNPJ: 51.792.505/0001-77

Responsável: Guilherme José Lemos

Telefone: (16) 3728-5532

E-mail: pastoraldomenor.social@outlook.com

Endereço: Rua Santa Catarina, nº 466 - Baixada

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 025/2023

A presente Prestação de Contas da execução do Termo de Colaboração nº 025/2023 repassado à Organização da Sociedade Civil denominada *Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim* no exercício de 2024, no valor abaixo indicado, foi analisada segundo os critérios do artigo 203 das Instruções nº 1/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atualizadas pela Resolução nº 10/2024, de acordo com o que segue:

I - A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade

estatutária e descrição do objeto: O endereço (localização) da beneficiária está indicado acima, encontrando-se em regular funcionamento.

Sua finalidade estatutária é: Atuar junto às crianças, adolescentes e suas famílias, numa dimensão de valorização, de respeito à dignidade humana, como filhos de Deus, de sua racionalidade e liberdade, especialmente das crianças e adolescentes que estejam na rua.

O objeto da parceria é: Prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 06 (seis) à 15 (anos).

II - Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como os rendimentos financeiros auferidos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Rua Voluntário Geraldo, 966 – Centro – Telefone: (16) 3818-2755

E-mail: assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br

Número	Data	Valor dos documentos de crédito (R\$)	Fonte de Recursos	Rendimentos financeiros auferidos (R\$)
01	03/06/2024	R\$ 10.261,00	550.873.000.023.769	R\$ 0,20
02	07/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 0,23
03	01/08/2024	R\$ 4.104,40	550.873.000.023.769	R\$ 4,22
04	09/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 1,97
05	10/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 1,02
06	13/11/2024	R\$ 8.208,80	550.873.000.023.769	R\$ 2,65
07	18/12/2024	R\$ 2.052,20	550.873.000.023.769	R\$ 0,54
Total		R\$ 24.626,40		R\$ 10,83

Valor do recurso repassado no exercício: R\$ 24.626,40

Rendimentos provenientes de aplicações financeiras: R\$ 10,83

Total de recursos disponível no exercício: R\$ 24.637,23

III - Datas das respectivas prestações de contas, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade:

A Prestação de Contas final foi entregue ao Departamento de Desenvolvimento Social na data de 23/01/2025.

Não houve aplicação de sanções por ausências de comprovação e/ou desvio de finalidade.

IV - Os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas:

Data	Valor do Repasse (R\$)	Valor Aplicado (R\$)	Glosas (R\$)
03/06/2024	R\$ 10.261,00	R\$ 10.012,15	R\$ 0,00
01/08/2024	R\$ 4.104,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
09/2024	R\$ 0,00	R\$ 4.070,45	R\$ 0,00
13/11/2024	R\$ 8.208,80	R\$ 2.892,19	R\$ 0,00
18/12/2024	R\$ 2.052,20	R\$ 7.662,44	R\$ 0,00
TOTAIS: (R\$)	R\$ 24.626,40	R\$ 24.637,23	R\$ 0,00

Os valores aplicados no exercício totalizaram R\$ 24.637,23, conforme apresentado abaixo:



Recursos Humanos: R\$ 24.637,23

V - A devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente: Não houve devolução referente glosas e o recurso foi liquidado ao final da vigência da parceria em 31/12/2024, não restando em conta saldo a ser devolvido para o órgão concessor.

VI - Se as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas: As atividades desenvolvidas são compatíveis com as metas propostas, bem como atingiram os resultados esperados conforme o plano de trabalho, sem extrapolação das metas pactuadas.

Durante a vigência da parceria, foram desenvolvidas diversas atividades, como reuniões com os pais/familiares, visando o acolhimento e orientação; ações com os atendidos, como café da manhã, recreação na brinquedoteca e parquinho/quadra, aulas de leitura, rodas de conversa com temas diversificados, oficinas de informática e esporte/ludicidade e comemoração de datas festivas. Além disso, também foram realizadas ações técnicas, com o objetivo de planejar e avaliar as intervenções metodológicas utilizadas, realização de estudo social com as famílias das crianças e adolescentes atendidos pela entidade, atendimento psicossocial para orientação aos atendidos e pais/responsáveis.

De acordo com o relatório da equipe de monitoramento que realizou a visita in loco em 06 de setembro de 2024, a OSC vem desempenhando o serviço segundo o plano de trabalho apresentado com eficiência e eficácia, mostrando um serviço de relevância dentro do município.

VII - O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria: Houve integral cumprimento das cláusulas pactuadas, em conformidade com a regulamentação que rege a matéria. A OSC cumpriu as cláusulas pactuadas no



plano de trabalho, atendendo a legislação/regulamentação pertinentes ao objeto da parceria.

VIII - A disponibilização, pela entidade do terceiro setor, dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, atestada pelo contador da beneficiária:

A entidade do terceiro setor disponibilizou corretamente os documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria, que foram devidamente contabilizados e atestados pelo contador da beneficiária.

A OSC apresentou as RPs e extratos bancários no período de vigência do termo de colaboração e a prestação de contas encontra-se regular, o procedimento de análise da mesma segue a orientação emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nas conformidades dos manuais, das resoluções e dos pareceres.

IX - A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações: Não se aplica.

X - Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador (a) a que se referem:

Os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem.

A prestação de contas foi apresentada mensalmente, com os devidos comprovantes de gastos e extratos bancários para conferência dos valores, e podem ser conferidas dentro do Processo Administrativo nº 649/2024.

XI - A disponibilização pela entidade do terceiro setor das respectivas certidões atualizadas acerca da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal: A OSC apresentou as certidões atualizadas



de regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas dos funcionários pagos com os recursos da parceria.

XII - O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público: Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público, durante todo o período de vigência da parceria. É notório a eficiência do serviço prestado pela OSC, com grande visibilidade na mídia municipal e na população em geral.

XIII - A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade públicos concessionários, com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis: Existe e funciona regularmente o controle interno do órgão concesso (Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra), composto pelo seguinte membro:

- Queila Mara de Oliveira Nogueira Pimentel (CPF 377.235.098-47).

XIV - Comprovação de fiscalização:

a) A OSC apresentou os Relatórios mensais e anual de Execução do Objeto, assinados pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, tendo sido verificada a sua regularidade;

b) A OSC apresentou os Relatórios mensais e anual de Execução Financeira, assinados pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, verificando-se a sua regularidade;

c) O(a) gestor(a) abaixo assinado(a) não apresenta em anexo os relatórios quadrimestrais de visita técnica *in loco*, tendo em vista que não foi possível a realização da mesma durante a execução da parceria, porém foram analisados todos os relatórios de atividades mensais enviados pela OSC, além de acompanhamentos através do Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apresenta relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitora-



mento e avaliação designada, onde consta a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

XV - Que eventual rateio administrativo de custos indiretos realizado pela entidade do Terceiro Setor foi verificado e avaliado pelo poder público, quanto à razoabilidade, pertinência com o objeto, proporcionalidade e adequação das despesas: Não se aplica.

XVI - A regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade da prestação de contas examinada: conforme abaixo.

XVII - O cumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação): A OSC cumpre todos os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos, possuindo todos os mecanismos necessários ao completo atendimento da Lei Federal N.º 12.527/2011, dos Artigos 78 a 82 do Decreto Federal N.º 8.726/2016 e do Comunicado SDG N.º 016/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do seguinte sítio eletrônico (site): (<https://pastoralmenorsjb.com.br/transparencia/>) no qual foi verificada a divulgação de todas as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal N.º 13.019/2014, quais sejam:

- 1.) Termo de ajuste, com indicação da data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
- 2.) Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 3.) Descrição do objeto da parceria;
- 4.) Plano de trabalho;
- 5.) Estatuto Social atualizado;
- 6.) Relação nominal dos dirigentes e empregados envolvidos na parceria, contendo a remuneração individualizada de cada um e os respectivos cargos ou funções, inclusive em relação às despesas de rateio (se houver);
- 7.) Valor total da parceria e valores liberados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Rua Voluntário Geraldo, 966 – Centro – Telefone: (16) 3818-2755

E-mail: assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br

- 8.) Prestações de contas da parceria e sua situação (informação da data prevista para a sua apresentação ou a data em que foi apresentada e o prazo para a sua análise ou o resultado conclusivo);
- 9.) Atividades e resultados (relatórios periódicos e anuais de atividades);
- 10.) Lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas), com valores pagos e indicação do tipo de serviço, vigência e valor do Ajuste (PF e PJ), inclusive em relação às despesas de rateio (se houver);
- 11.) Balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos;
- 12.) Regulamento de compras e de contratação de pessoal;
- 13.) Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, com indicação da remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções.

Diante do exposto, as prestações de contas decorrentes da parceria indicada no presente Parecer Conclusivo foram consideradas em ordem, quanto ao seu aspecto formal, conforme itens acima atestados, as quais ficam **APROVADAS, SEM RESSALVAS.**

Ao Prefeito para homologação.

São Joaquim da Barra, 07 de abril de 2025.


Tamiris Della Vecchia Terin Guerra

Gestora das parcerias vinculadas à área de Proteção Social Básica

HOMOLOGAÇÃO DE CONTAS

Processo Administrativo nº 649/2024

Dispensa de Chamamento Público - Processo Administrativo nº 2950/2022

1º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 025/2023

*Face o constante dos autos referente ao Processo de Dispensa de Chamamento Público no qual a Organização da Sociedade Civil, **Pastoral do Menor da Paróquia São Joaquim**, referente ao repasse Estadual, objeto da prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 06 (seis) a 15 (quinze) anos, uma vez que cumprem as exigências do edital e seus anexos das Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015.*

*É **imprescindível** que se faça a publicação dos atos conforme art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014.*

*Em atenção, acato parecer exposto pelo(a) gestor(a) do Setor de Assistência Social, quanto às análises feitas na Organização de Sociedade Civil em questão e **APROVO, sem ressalvas**, (quanto ao acompanhamento e avaliação do(a) Gestor(a) e Comissão de Avaliação e Monitoramento) a prestação de contas conforme artigo 69, § 5º da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 66, inciso I do Decreto Municipal nº 881/2017.*

São Joaquim da Barra - SP, 29 de maio de 2025.


Dr. Wagner José Schmidt
Prefeito de São Joaquim da Barra